

PANATLÂNTICA S/A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(em reais mil)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, com sede em Gravataí (RS) e unidade industrial em Glorinha (RS), tem por objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não, próprios ou de terceiros. A Companhia poderá participar do capital de outras sociedades.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

O Conselho de Administração autorizou a conclusão das demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas findas em 31 de dezembro de 2012, em 01 de fevereiro de 2013.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Base de Preparação

3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de

Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards-IFRS*). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da controladora também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As Demonstrações Contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Panatlântica S.A. e suas controladas diretas Panatlântica Catarinense S.A. e Tubospan S.A. e sua controlada indireta Açolog Serviços de Transporte e Logística Ltda. Os saldos de Ativos e Passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas Demonstrações Contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, essas participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da empresa incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações financeiras disponíveis referem-se a títulos de alta liquidez, e não estão sujeitos a risco de mudança de valor, passíveis de resgate imediato. As operações em CDB's são remunerados a taxas que variam numa média ponderada de 100,5% do CDI. A Administração não pretende resgatar os valores antes dos seus vencimentos.

3.6 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Em 31 de dezembro de 2012, 100% do saldo das Contas a Receber de Clientes referem-se à vendas/serviços no mercado interno.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstradas com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e retenções na fonte (Nota 06).

3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo (Nota 08).

3.11 Imobilizado

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28), a Companhia e suas controladas adotaram o custo atribuído ("Deemed Cost") para determinar o valor justo do ativo imobilizado. Os valores justos utilizado na adoção do custo atribuído foram estimados por peritos independentes com experiências e competência profissional com data retroativa a 1º de janeiro de 2009.

O efeito no grupo de contas dos Terrenos foi de R\$ 3.387 e no grupo dos Edifícios foi de R\$ 1.195, sendo que a depreciação anual foi de R\$ 32 alocadas no custo dos produtos vendidos e nas despesas operacionais.

3.12 Intangível

Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.13 Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

A administração da Companhia considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

3.13.1 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.13.2 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

3.14 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo ou passivo em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

3.17 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, sendo que é reconhecida: (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita Bruta	368.018	364.107	498.537	483.470
Impostos/Devoluções	(95.354)	(91.583)	(123.700)	(117.889)
Total	272.664	272.524	374.837	365.581

3.19 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração da companhia, são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, “Impairment” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda, (d) o valor atual de obrigações de plano suplementar de aposentadoria depende de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos

registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 - CLIENTES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Cientes	56.799	46.889	72.958	57.607
(-) Ajustes a Valor Presente-AVP	(768)	(238)	(914)	(367)
Total Líquido a Receber	56.031	46.651	72.044	57.240

Conforme a Deliberação CVM nº 564/08, a Companhia aplicou a taxa média de 1,80% a.m. para determinação do Ajuste a Valor Presente – AVP relativo às vendas efetuadas no período que contenham juros implícitos em sua negociação.

Para o atual exercício a aplicação da referida taxa resultou em um saldo de AVP de Clientes de R\$ 768 (R\$ 238 em 2011), relativo às vendas a serem recebidas pela controladora no ano seguinte.

NOTA 05 - ESTOQUES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Descrição	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Produtos Prontos	8.947	9.668	11.648	13.009
Matéria-Prima	39.331	35.860	49.969	44.114
Total	48.278	45.528	61.617	57.123

NOTA 06 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	31 de Dezembro de 2012		31 de Dezembro de 2011	
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF	1.636		1.885	
IP/ICMS	3.665	120	3.780	120
Outros	95		301	
Total	5.396	120	5.966	120

	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar - CONSOLIDADO			
	31 de Dezembro de 2012		31 de Dezembro de 2011	
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF	2.284		2.430	
IP/ICMS	5.601	210	4.886	182
Outros	320	33	316	32
Total	8.205	243	7.632	214

NOTA 07 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Descrição	Grupo	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Créditos com Controladas	Ativo Circulante	4.241	1.950
Débitos com Controladas	Passivo Não-Circulante	32.183	30.496
Receitas de Vendas	Receitas	7.533	7.441
Compras de Produtos	Despesas	7.072	7.672
Contas a Receber/Contas a Pagar	Receitas/Despesas	1.052	152

As operações com as partes relacionadas, quanto a prazos e preços, são realizadas em condições semelhantes às aplicadas no mercado.

NOTA 08 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A movimentação dos investimentos da controladora está representado da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	PANATLÂNTICA CATARINENSE S.A.	TUBOSPAN S.A.	AÇOLOG LTDA. (Contr..Indireta)
CAPITAL SOCIAL	30.000	12.000	1.000
PATRIMONIO LIQUIDO	53.279	12.295	15.041
% DE PARTICIPAÇÃO DIRETA NO CAPITAL	100,00%	100,00%	100,00%

MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E OUTROS				
Descrição	PANATLANTICA CATARINENSE S.A.	TUBOSPAN S.A.	Outros	Total
Saldos em 31/12/2010	39.231	11.259	25	50.515
(+/-) Equivalência Patrimonial	6.851	280	-	7.131
(=) Saldos em 31/12/2011	46.082	11.539	25	57.646
(+/-) Equivalência Patrimonial	7.197	756	-	7.953
(+) Aquisição de Outros	-	-	2	2
(=) Saldos em 31/12/2012	53.279	12.295	27	65.601

NOTA 09 – IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

CONTROLADORA							
		Saldo em:					Saldo em:
		31/12/2011	Transf.	Adições	Baixas	Deprec.	31/12/2012
Terrenos, Edifícios e Instalações		11.265	1.354	2.603	-	(214)	15.008
Terrenos, Edifícios-Custo Atribuído		4.485	-	-	-	(32)	4.453
Máquinas e Equipamentos		7.848	52	1.371	(266)	(316)	8.689
Móveis e Utensílios		591	-	40	-	(42)	589
Veículos		231	-	593	(36)	(64)	724
Computadores e Periféricos		192	-	30	-	(82)	141
Outras Imobilizações		152	-	59	-	-	210
Sub-Total		24.764	1.406	4.696	(302)	(750)	29.814
Máquinas em Instalação		2.551	(52)	5.968	-	-	8.467
Obras em Andamento		5.801	(1.354)	3.671	-	-	8.118
Valor Liq.- Imobilizado		33.116	-	14.335	(302)	(750)	46.399

CONSOLIDADO							
		Saldo em:					Saldo em:
		31/12/2011	Transf.	Adições	Baixas	Deprec.	31/12/2012
Terrenos, Edifícios e Instalações		22.415	1.494	2.912		(406)	26.415
Terrenos, Edifícios-Custo Atribuído		4.485				(32)	4.453
Máquinas e Equipamentos		21.369	52	2.110	(289)	(682)	22.561
Móveis e Utensílios		972		129	(2)	(71)	1.027
Veículos		1.034	21	1.626	(36)	(329)	2.317
Computadores e Periféricos		368	(21)	110	(4)	(139)	314
Outras Imobilizações		176		59		(2)	233
Sub-Total		50.819	1.546	6.946	(331)	(1.661)	57.320
Máquinas em Instalação		2.752	(52)	6.601		-	9.301
Obras em Andamento		8.890	(1.494)	4.235		-	11.630
Valor Liq.- Imobilizado		62.461	-	17.782	(331)	(1.661)	78.251

Taxas de Depreciação Linear	
Prédios e Instalações	de 2% a 10%a.a.
Máquinas e Equipamentos	de 3% a 10%a.a.
Móveis e Utensílios	de 5% a 10%a.a.
Veículos	de 12% a 20%
Computadores e Periféricos	20%a.a.

NOTA 10 - FORNECEDORES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Fornecedores	29.857	29.166	36.604	35.962
(-) AVP - Fornecedores	(200)	(360)	(257)	(417)
Total	29.657	28.806	36.347	35.545

Conforme a Deliberação CVM nº 564/08, a Companhia aplicou a taxa média de 1,82% a.m. para determinação do Ajuste a Valor Presente – AVP relativo às compras efetuadas no período que contenham juros implícitos em sua negociação.

Para o atual exercício a aplicação da referida taxa resultou em um saldo de Ajuste a Valor Presente - AVP de fornecedores de R\$ 200 (R\$ 360 em 2011), relativa às compras a serem pagas pela controladora no ano seguinte.

NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As operações de curto prazo são atualizadas com taxas que variam entre 0,95% e 1,02% ao mês. Aproximadamente 94% do saldo (controladora e consolidado) referem-se a captação em moeda nacional.

As operações de longo prazo são destinadas para aquisição de bens e equipamentos industriais, incorporados ao ativo imobilizado, cujas garantias reais são as próprias aquisições, mais duplicatas mercantis.

11.1 Não-Circulante

Controladora		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	412
2014	229	730
2015 a 2019	9.189	1.875
Não Circulante	9.418	3.017

Consolidado		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	1.072
2014	553	257
2015 a 2019	9.737	2.435
Não Circulante	10.290	3.764

Informações Adicionais:

1) Os financiamentos BNDES e FINIMP são corrigidos pela variação da TJLP, acrescidos de taxas que variam de 2,50% ao ano à 4,50% ao ano, com vencimento final em Dez/2019.

2) Para garantir os financiamentos foram oferecidas garantias fiduciárias, avais e direitos creditórios.

NOTA 12 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (Circulante e Não Circulante)

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições - Circulante			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
IRRF	111	64	144	96
IRPJ/CSLL	208	244	823	476
ICMS	41	19	247	319
Outros	29	30	152	471
TOTAL IMPOSTOS CP	389	357	1.366	1.362

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições - Não Circulante			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
IRPJ/CSLL-Cred.Pres.ICMS	1.535	1.483	2.157	1.483
Outros	-	64	47	1.008
TOTAL IMPOSTOS LP	1.535	1.547	2.204	2.491

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social e Direito das Ações

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 90 mil, composto por 9.423 mil ações ordinárias e 355 ações preferenciais, totalizando 9.778 mil ações, sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País.

NOTA 14 - CONTRATOS DE SEGUROS

Devido à natureza e porte dos estoques (produtos siderúrgicos) e principais bens do imobilizado (Prédios, Instalações e Equipamentos Industriais), é política da companhia contratar seguros por valores condizentes, assumindo alguns riscos com sinistros, os quais são considerados de rara ocorrência. Os bens estão segurados contra incêndio, vendaval, acidentes pessoais, danos e roubos, da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	Valores Cobertos
	31 de Dezembro de 2012/2011 - R\$
Prédios, Estoques, Máquinas	14.040
Equipamentos Eletrônicos	400
Veículos	650
TOTAL	15.090

NOTA 15 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

A Companhia patrocina, a funcionários que se inscrevem, um Plano de Complementação de Aposentadoria junto ao Fundo Multipensions Bradesco,

constituído com características de plano de contribuição definida, no qual não tem obrigação de efetuar contribuições adicionais após o término da prestação dos serviços pelos funcionários.

NOTA 16 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a: a) Risco de Crédito: É representado pela inadimplência no seu contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da maioria dos recebíveis serem oriundos de liberação de créditos selecionados de forma não concentrada; b) Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados pela Companhia e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia, para minimizar estes riscos, acompanha permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços; c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é irrelevante dada às reduzidas operações desta natureza; d) Risco de Taxas de Juros: Decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado.

NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS

17.1 Contingências Ativas

As contingências ativas não foram reconhecidas contabilmente, face à opinião expressa dos assessores jurídicos quanto à classificação da probabilidade de êxito dos processos, atendendo assim a Deliberação CVM nº 594/09 quanto o direito líquido e certo.

17.2 Provisões e Contingências Passivas

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária. As respectivas provisões são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável. Em 2012, os riscos classificados como provável totalizaram R\$ 206, e referem-se a demandas trabalhistas suportadas por depósitos judiciais. A Companhia também é parte em processos judiciais que na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis de perda no montante de R\$ 701.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é conforme a seguir:

Descrição	Controladora			
	31/12/2012		31/12/2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	19.125	19.125	8.685	8.685
(-/+) Efeitos das IFRS	(359)	(359)	(694)	(694)
Lucro antes dos tributos-ajustado	18.766	18.766	7.991	7.991
(+) Adições	358	359	612	612
(-) Exclusões	(8.032)	(8.032)	(950)	(949)
Lucro tributável	11.092	11.093	7.653	7.654
CSLL - 9%	-	998	-	689
(-) Deduções CSLL	-	(14)	-	(19)
(=) Despesa CSLL	-	984	-	670
IRPJ - 15%	1.664	-	1.148	-
IRPJ - 10%	1.085	-	741	-
(-) Deduções IRPJ	(66)	-	(38)	-
(=) Despesa IRPJ	2.683	-	1.851	-

b) Tributos Diferidos

Em atendimento as disposições da Deliberação CVM nº 619/09, a Companhia procedeu o registro dos tributos decorrentes do Ajustes de Avaliação Patrimonial:

Descrição	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de Renda-IRPJ	1.113	1.121
Contribuição Social-CSLL	401	404
Total	1.514	1.525

NOTA 19 – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE A CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	Patrimônio Líquido	
	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Controladora	174.064	158.595
Participação dos Não Controladores	1	1
Consolidado	174.065	158.596

NOTA 20 – LUCRO POR AÇÃO

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

a) Número de ações:

Ações emitidas	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Ações Ordinárias	9.423	9.135
Ações Preferenciais	355	345
Total	9.778	9.480

Em 22/05/2012, através da Assembléia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovado e homologado o aumento de Capital Social da Companhia, passando o mesmo para R\$ 86,8 (oitenta e seis mil, oitocentos reais), mediante a bonificação de 106 (cento e seis) novas ações ordinárias nominativas e 4 (quatro) novas ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.

Posteriormente na AGE realizada em 28/08/2012, foi homologado novo aumento para o Capital Social da Companhia, passando o mesmo para R\$ 90,0 (noventa mil reais), com a subscrição de 182 (cento e oitenta) ações ordinárias nominativas e com a subscrição de 7 (sete) ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.

b) Resultado por ação:

Como a Companhia não possui ações potenciais diluídas, apresenta o mesmo valor de lucro básico e diluído por ação.

Controladora	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Lucro do exercício	15.470	13.306
Lucro básico e diluído por ação	1,58	1,40

NOTA 21 – DESTINAÇÃO DO LUCRO

Em 31/12/2012 foram retidas parcelas do lucro líquido do exercício, conforme previsão legal e estatutária. Por determinação do Conselho de Administração foi constituída a Reserva Estatutária, conforme faculta o parágrafo 4º, do artigo 202, da Lei nº 6.404/76, para fins de investimentos e aquisição de matéria-prima, devido à oscilação vertical de preços desta “commodities”.

A seguir demonstramos a proposta de destinação do lucro líquido do exercício:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Lucro Líquido do Exercício	15.470	13.306
Reserva Legal (5%)	774	665
Reserva Estatutária	14.696	12.641

NOTA 22 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia e suas controladas identificaram com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia, que sua operação total constitui um único segmento operacional. Desta forma a Demonstração de Resultado do Exercício já está adequada aos princípios necessários determinados pela Deliberação CVM nº 582/09.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RAUL MASELLI

Presidente

ANTÔNIO MASELLI

ARMANDO SANTA MARIA

DIRETORIA

JOSÉ ANTÔNIO SILVA VARGAS

KARL ERNST STEPPE

EUCLIDES H. TEIXEIRA JARDIM

AIRTON TEOBALDO HENZ

Contador CRC - RS 048.754/O – CPF: 411.476.260-49